

## Pauta do Senado depende da votação de MP hoje



Roberto de Sá

■ Medida provisória sobre créditos estaduais tem prioridade na ordem do dia

O Senado deve votar hoje medida provisória que prorroga o prazo para que a União receba créditos estaduais referentes à compensação pela exploração de petróleo, gás natural e recursos hídricos destinados à geração de energia. Essa é a primeira matéria da ordem do dia e, enquanto não for votada, impedirá qualquer outra deliberação legislativa. Se a pauta for liberada, o Plenário iniciará a discussão de proposta de emenda constitucional sobre precatórios.

**PRIORIDADE** Senadores devem votar medida provisória de interesse dos estados para liberar a pauta do Plenário

Reincidente pode perder direito a *habeas corpus*

Deputados do Paraná falam à CPI do Banestado

Comissão deve discutir incentivo à dramaturgia na TV

Página 3

### Paim quer mudança na reforma da Previdência

O senador Paulo Paim defendeu ontem mudanças na reforma da Previdência, conclamando o Senado a aperfeiçoar a proposta de emenda constitucional (PEC) aprovada pela Câmara, em especial a contribuição dos inativos. Pa-

im anunciou a realização de uma marcha dos servidores públicos para pedir mudanças no projeto. O senador Efraim Morais não tem dúvidas de que o Senado deverá rever o desconto sobre pensões e aposentadorias.

Página 5



Para Eduardo, lei de incentivo ao esporte já dá resultados

Página 6

### Mão Santa: redução do IPI prejudica municípios

A decisão do governo federal de reduzir em três pontos percentuais o IPI cobrado sobre os automóveis deverá prejudicar o repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para as prefeituras. A advertência é

do senador Mão Santa, para quem a medida só favorece as multinacionais. Amanhã, no Auditório Petrônio Portella, será realizada a primeira reunião da Frente Parlamentar Pró-Municípios, anunciou o senador Ney Suassuna.

Página 8



## Paulo Octávio quer regularizar condomínios

Em busca de uma solução para os condomínios irregulares, habitados por cerca de 500 mil pessoas somente no Distrito Federal, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) apresentou projeto de lei para permitir que a União venda, diretamente, os lotes desses condomínios localizados em terras do governo federal, com dispensa dos procedimentos licitatórios, a pessoas que construíram suas casas sem estar cientes de que a propriedade era pública.

– O grande número de famílias envolvidas faz com que seja oportuno trazer a discussão para o Senado, a fim de se buscar uma solução justa e equilibrada – afirmou o senador, argumentando que autoridades no assunto apontam que apenas lei federal pode resolver o problema.

Segundo Paulo Octávio, sua proposta restringe os casos em que a terra pública pode ser adquirida com dispensa de licitação às pessoas físicas na posse há mais de um ano do bem no dia 31 de dezembro de 2002, com título e com as obrigações tributárias incidentes sobre o lote quitadas. Com a finalidade de coibir a especulação imobiliária, diz o senador, o projeto só permite que o ocupante adquira um único lote.

Paulo Octávio lembra que sua proposta não é novidade, tendo em vista que, em 1990, lei similar permitiu a alienação dos antigos imóveis funcionais da União. O senador também registrou que incorporou ao seu projeto diversas considerações feitas pelo Tribunal de Contas da União sobre os procedimentos possíveis para a dispensa de licitação.



## Sessão plenária tem início às 14h30

O Plenário examina hoje, a partir das 14h30, Medida Provisória nº 120, que prorroga o prazo para que a União esteja autorizada a receber dos estados e do DF créditos a que eles têm direito como compensa-

ção financeira pela exploração de recursos hídricos para geração de energia elétrica, petróleo e gás natural. Outros itens da pauta só serão analisados se a matéria for votada pelos senadores.

## Sarney recebe presidente do Senado do México

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 11h, Luiz Bevilacqua, presidente da Agência Espacial Brasileira; às 12h, presidente do Senado do México, Jesús Enrique Jackson Ramirez, que será homenage-

ado com almoço. Às 15h30, Sarney dirige os trabalhos no Plenário; e às 20h30 participa de jantar oferecido por Ney Suassuna (PMDB-PB) ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

## Orçamento analisa crédito suplementar

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve analisar, entre outros itens na reunião de hoje, às 14h30, oito créditos suplementares que totalizam R\$ 1,679 bilhão. O maior deles, no montante de R\$ 1,165

bilhão, irá reforçar o orçamento do Ministério do Trabalho e Emprego, para garantir o pagamento do abono salarial dos trabalhadores e o seguro-desemprego de pescadores artesanais.



## Subcomissão de Segurança Pública realiza reunião

Para discutir o tema "Organizações criminosas, o meio de obtenção da prova e procedimento criminal", com a presença do senador José Maranhão (PMDB-PB) - foto -, a Subcomissão

Permanente de Segurança Pública se reúne às 18h. O colegiado também analisa Projeto de Lei do Senado nº 228/02, que veda a concessão de *habeas corpus* a criminosos reincidentes.

## Deputados do Paraná falam hoje à CPI

A partir das 9h, a CPI do Banestado vai ouvir a exposição do presidente e do relator da CPI do Banestado do estado do Paraná, deputados Neivo Beraldin e Mário Sérgio Bradock. A comissão é presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).



## Programação monetária

A Comissão de Assuntos Econômicos se reúne a partir das 10h. Devem ser votados, entre outros itens, a Mensagem do Executivo nº 146/03, que encaminha ao Senado a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2003, e o Projeto de Lei da Câmara nº 34/01, que trata da construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.

## Recurso para bolsas de estudo

A Comissão de Educação se reúne, a partir das 11h30, para analisar os Projetos de Lei do Senado nº 182/03 e nº 558/99. O primeiro cria normas e advertências sobre consumo e propaganda de bebidas alcoólicas em serviços de rádio e televisão. O segundo destina recursos provenientes das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para aplicação em programas de bolsas de estudos.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF  
CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**CONVIVÊNCIA** Abertura de escola pública no fim de semana recebe aplauso de Simon

## Simon elogia projeto no Rio Grande do Sul

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) saudou como uma medida "singela, mas profunda", o projeto Escola Aberta para a Cidadania, iniciativa conjunta do governo do Rio Grande do Sul e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que prevê a abertura de 51 escolas públicas estaduais nos fins de semana para a comunidade.

– A escola passou a ser um centro comunitário e de convivência da família – assinalou.

Ao explicar o projeto, Simon destacou a "visão e competência" do secretário estadual de Educação, José Fortunatti, que discutiu a programação de atividades extra-escolares junto a pais e alunos. O roteiro do Escola Aberta para a Cidadania inclui práticas desportivas, artísticas, culturais e de lazer que, além de agregar a comunidade, têm o objetivo de combater a violência e a depredação de prédios públicos, episódios registrados normalmente durante os finais de semana.

– Uma medida dessa natureza é algo novo e maravilhoso – observou Simon, destacando a capacidade de o projeto oferecer "um novo horizonte" a crianças e jovens carentes.

### Talentos

O senador afirmou que "muitas pessoas que estavam talhadas para o nada de repente encontram um caminho". Na implementação de iniciativas do gênero, que têm baixo custo e um expressivo alcance social, Simon disse que o importante é dispor de imaginação e vontade de buscar algo que se prova possível de ser feito sem apoio de recursos externos.

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) também parabenizou o secretário Fortunatti pela "brilhante" iniciativa.





Márcia Kolumbe

**RIGOR** Magno Malta relata obtenção de provas contra crime organizado

## Proposta veda *habeas corpus* a reincidentes

A Subcomissão de Segurança Pública, que funciona no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), reúne-se hoje, extraordinariamente, às 18h, para discutir o tema "Organizações criminosas, o meio de obtenção da prova e procedimento criminal". O tema tem como relator Magno Malta (PL-ES).

Na segunda parte da reunião, os senadores devem examinar três matérias: projeto do então senador Carlos Bezerra que proíbe a concessão de *habeas corpus* a criminosos reincidentes; projeto de Hélio Costa (PMDB-MG) que torna obrigatório o uso de uniforme pelos presidiários; e indicação apresentada por Arthur Virgílio (PSDB-AM) para que o Senado estude o problema da violência no Brasil.

Na reunião de amanhã, a Comissão de Justiça debate a proposta de reforma do Judiciário com os presidentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Marfan Martins Vieira, e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Cláudio Baldino Maciel.

A audiência pública foi requerida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e tem o objetivo de instruir a proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do então deputado Hélio Bicudo que introduz modificações na estrutura do Judiciário. O relator da matéria é o senador José Jorge (PFL-PE).

Após a audiência, a comissão examinará, entre outros projetos, o de iniciativa do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que proíbe a instalação de presídios de segurança máxima em cidade ou conglomerado urbano cuja população exceda a 50 mil habitantes.

## CPI ouve deputados estaduais do Paraná

Deputados e senadores da CPI do Banestado dão continuidade nesta semana à série de audiências marcadas com o objetivo de colher elementos para desvendar o esquema de evasão de divisas por meio da utilização de contas do tipo CC-5. Hoje, a partir das 9h, serão ouvidos o presidente e o relator da comissão parlamentar de inquérito que in-

vestigou o caso Banestado na Assembléia Legislativa do Paraná, deputados Neivo Beraldin e Mário Sérgio Bradock, respectivamente.

O convite aos parlamentares paranaenses foi feito a requerimento do senador Osmar Dias (PDT-PR), para quem a comissão paranaense tem dados importantes que poderiam auxiliar a CPI do Congresso. Em seus trabalhos,

a comissão do Paraná ouviu diretores e gerentes de agências do Banestado e ainda tomou o depoimento da ex-chefe da Fiscalização do Banco Central Tereza Grossi.

A CPI do Banestado, que é presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), elaborou um calendário de reuniões que prevê a realização de depoimentos até o próximo dia 22 de agosto.

Jone de Araújo



**RELEVÂNCIA** Para Osmar Dias, comissão paranaense tem dados importantes

# Plenário pode votar hoje MP sobre a compensação de crédito estadual

**■** Medida provisória prorroga até 31 de dezembro deste ano autorização que foi concedida à União

Os senadores devem votar hoje a Medida Provisória (MP) nº 120, que prorroga para 31 de dezembro deste ano o prazo para que a União fique autorizada a receber dos estados e do Distrito Federal os créditos referentes à compensação financeira decorrente da exploração de petróleo, gás natural e recursos hídricos para geração de energia elétrica. Só após a apreciação dessa medida provisória o Plenário poderá decidir sobre outras proposições.

Conforme a MP, a União emitirá, em favor dos estados e do Distrito Federal, Certificados



Célio Azaveito

**AUDITORIA** Requerimento de Ana Júlia Carepa propõe análise sobre atuação do BC e Aneel

Financeiros do Tesouro (CFT), que deverão ser utilizados exclusivamente para o pagamento de dívidas contraídas com a União ou para a capitalização de fundos estaduais de previdência.

Também integra a pauta re-

querimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) que seja realizada auditoria de natureza operacional no Banco Central e na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

### Precatórios

Na sessão de hoje será iniciado o primeiro turno de discussão da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 23/03, de autoria do senador Efraim Morais (PFL-PB), que estabelece o comprometimento máximo de 2% das receitas correntes líquidas do Orçamento da União para o pagamento de precatórios judiciais. O efeito da PEC apenas se daria no primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao do ano em que ela for aprovada.

Se a medida provisória for apreciada, o Plenário deverá

votar amanhã, em regime de urgência, projeto de lei da Câmara que concede pensão especial a Mário Kozel e Terezinha Kozel. Eles são pais do soldado Mário Kozel Filho, que faleceu vítima de atentado ocorrido no dia 26 de junho de 1968, quando estava de sentinela. A pensão mensal, vitalícia e não transmissível a herdeiros, foi estipulada em R\$ 330.

A pauta da sessão de quinta-feira contém quatro proposições. Uma delas é a PEC 36/99, do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), na terceira sessão de discussão em primeiro turno, que trata da incorporação e da transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas dos municípios aos tribunais de contas estaduais. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é pela rejeição.

## TELEVISÃO

## Comissão deve debater maior espaço para dramaturgia nacional

A Comissão de Educação (CE) deve examinar hoje, a partir das 11h30, requerimento do senador Hélio Costa (PMDB-MG) solicitando a realização de audiência pública a fim de discutir a necessidade de se assegurar mais espaço à dramaturgia nacional na programação das emissoras de televisão. Para participar da audiência pública, seriam convidados a atriz Fernanda Montenegro, o autor de novelas Lauro César Muniz, o presidente da Associação de Roteiristas de Televisão, Cinema e Outras Mídias, Márcio Moraes, e o cineasta

Roberto Farias.

– Diante da inegável qualidade de nossa dramaturgia, inquietamos-nos o pouco espaço que é concedido a essa produção cultural em nossas emissoras de televisão – afirma o senador por Minas Gerais na justificativa do requerimento. Ele argumenta que a maioria dos canais de televisão brasileiros limita-se a transmitir filmes, programas e "enlatados" importados, boa parte produzida nos Estados Unidos.

Hélio Costa também sugere que sejam convidados para a audiência os seguintes repre-

sentantes do Sindicato dos Artistas: Geraldo Carneiro Júnior, Sérgio Marques, Sandra Louzada, Ítala Nandi, Tiago Santiago, Lavínia Vlasak e Stepan Nercessian.

Na mesma reunião, a CE examina parecer favorável do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ao Projeto de Lei nº 182/2003, de Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), que veda a propaganda de bebida alcoólica nas emissoras de rádio e televisão. O projeto será submetido depois à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa.

Célio Azaveito



**DENÚNCIA** Hélio Costa afirma que maioria dos canais exibe "enlatados" dos EUA

Também será votado o Projeto de Lei nº 14/2003, de Serys Slhessarenko (PT-MT), que cria espaço no Senado para exposição permanente de fotos das ex-senadoras. A matéria recebeu parecer favorável do senador José Jorge (PFL-PE).





Célio Azevedo

## Fome Zero chega a Rondônia, afirma Fátima Cleide

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) saudou a chegada do programa Fome Zero a Rondônia, como uma boa notícia para o povo "que sofre com carências que se avolumaram devido ao arrocho fiscal que já dura uma década". A senadora informou que o projeto, que deveria chegar ao estado somente no início do próximo ano, deve injetar R\$ 2 milhões por mês na economia local. O programa, explicou Fátima Cleide (foto), vai além do fornecimento do

cartão-alimentação, prevendo cerca de 60 ações, entre elas a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, capazes de gerar emprego e renda. Fátima observou que o Fome Zero, apesar de ser uma ação emergencial, inova por colocar suas ações no centro da política de desenvolvimento do país, mobilizando governos federal e municipais, entidades não-governamentais, religiosas e empresas "na tarefa de construir uma realidade".

## Pavan: produtor de alho está sendo lesado

Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou a decisão do Poder Judiciário de conceder liminares aos importadores de alho, isentando-os do pagamento do direito antidumping sobre as importações do produto oriundo da China.

Segundo o senador, as decisões judiciais vêm acabando com a atividade de cerca de 10 mil famílias rurais e colocando em risco 100 mil empregos gerados pela cultura do alho, além de causar prejuízos ao governo, que, observou, somente no ano passado deixou de arrecadar o equivalente a US\$ 20 milhões.

Leonel Pavan estranhou a concessão das liminares, apesar de a Câmara do Comércio Exterior (Camex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, ter comprovado a prática de *dumping* nas exportações de alho chinês.

Com a comprovação da prática de *dumping*, informou o senador, a Camex renovou a cobrança do direito, instituído em 1986, e reajustou o valor de US\$ 4 por caixa de dez quilos para US\$ 4,80, como forma de igualar os custos do produto nacional ao importado.

– Mas o Judiciário, por ignorância em observar a lei ou por desonestidade, continua concedendo liminares que deixam o produto chinês bem mais barato – protestou Pavan.



Roosevelt Pinheiro

Pavan critica decisões judiciais sobre importação

# Virgílio critica escolha de agência do PT para fazer publicidade oficial

■ Líder do PSDB questiona a ética de se entregar contas de R\$ 232 milhões a Duda Mendonça

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, questionou da tribuna a ética da escolha da agência do publicitário Duda Mendonça, que faz o *marketing* do Partido dos Trabalhadores, para também cuidar da imagem do governo federal. O parlamentar se referiu ontem especificamente a mais uma licitação para escolha da agência que cuidará de uma conta de R\$ 232 milhões, a serem pagos pelo Banco do Brasil, Empresa de Correios e Telégrafos e Banco do Nordeste.

Arthur Virgílio leu notícia publicada pela *Folha de S. Paulo* que tratou do assunto no domingo, afirmando que a escolha da agência de Duda Mendonça "já era esperada no mercado".

– Se se trata de uma licitação honesta, como é que já se sabia do nome de um dos vencedores? É legal Duda Mendonça



Roosevelt Pinheiro

DÚVIDA Para Virgílio, resultado da licitação pública pode até ser legal, mas não é ética

ter essa conta do governo, mesmo cuidando do *marketing* do PT? Pode ser. Mas não vejo como ética essa situação. Agora coloco uma ponta de desconfiança em relação a essa conduta. Para o governo, no mínimo isso deve ser muito desconfortável – afirmou o líder do PSDB no Senado.

### Lucro dos bancos

O senador leu ainda outra notícia da *Folha de S. Paulo* revelando que o lucro dos 12 maiores bancos do país, no primeiro semestre, foi superior ao

apresentado durante todos os primeiros semestres dos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso. A conclusão consta de estudo da consultoria Austin Asis, que pesquisou balancetes dos bancos.

– O estudo diz ainda que, para o ano todo, há previsão de que o lucro dos bancos será o maior da história – acrescentou.

O senador leu trechos de entrevista do presidente da Austin Asis, Erivelto Rodrigues, em que ele afirma: "Aquilo que se falava, que o governo FHC privilegiava os bancos, é verdade, mas o governo do PT também propiciou a mesma coisa". Conforme ainda o documento citado pelo senador, o lucro recorde dos bancos se deve, em primeiro lugar, à política monetária de juros altos do Banco Central e, em segundo, à volatilidade do câmbio.

Outra reportagem da *Folha de S. Paulo* citada no discurso pelo senador do Amazonas mostra que a produção industrial apresentou no primeiro semestre os mesmos níveis de 12 anos atrás, de acordo com levantamento do Instituto de Estudos para o Desenvolvi-

mento Industrial (Iedi), de São Paulo. O documento informa que o Brasil está produzindo apenas 4 milhões de aparelhos de televisão, quando o número de dez anos atrás era de 11 milhões. "A CCE, por exemplo, está com uma capacidade ociosa de 65%", conforme o jornal paulista.

### Compras

Arthur Virgílio pediu ainda transcrição nos Anais do Senado de matéria do mesmo jornal, da edição do último dia 6, que menciona, entre os itens de um edital de compras de "gêneros básicos" da Presidência da República, 600 quilos de bombons Sonho de Valsa e quase 2 mil vidros de molho de pimentas vermelhas "envelhecidas em barris de carvalho".

– Peço a transcrição para que os brasileiros tomem conhecimento das compras da Presidência da República. Além dos bombons, a lista inclui 7 mil pacotes de biscoitos recheados, 6 mil barras de chocolate, 120 colchões de solteiro e 300 colchas, embora, conforme o jornal, os filhos e netos de Lula não morem no Palácio da Alvorada – disse o senador do Amazonas.

# Tião Viana diz que pesquisas atestam apoio da população a Lula

O senador Tião Viana (PT-AC) manifestou confiança de que o governo Luiz Inácio Lula da Silva "está no caminho certo" e acrescentou que a sociedade vem aprovando as iniciativas tomadas até agora e reconhecendo o esforço feito para melhorar o país. Ele citou resultado de pesquisa publicada pela revista *Veja* desta semana, segundo a qual a maioria dos brasileiros aprova o atual governo.

– Quando o assunto são as reformas, a sociedade diz que o presidente Lula está no caminho correto. Quando o assun-

to é governabilidade, a confiança da sociedade continua a favor do presidente da República. Quando nós transferimos as pesquisas para o campo partidário e analisamos, por exemplo, o PT, reconhecemos de maneira expressiva dentro do partido o apoio consistente à direção e ao sentido que tem adotado o presidente da República – declarou Tião Viana.

Referindo-se a pronunciação anteriormente feita por Efraim Morais (PFL), no qual o senador pela Paraíba antecipou que apresentará emenda à

proposta de emenda à Constituição (PEC nº 40/2003) que modifica a Previdência Social, Tião Viana lembrou que grande parte do PFL contribuiu para a aprovação da reforma na Câmara dos Deputados.

Tião Viana também respondeu ao senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que em discurso considerou ilegítima, apesar de legal, a vitória do publicitário Duda Mendonça na licitação para contratos de publicidade do governo. O líder do PT no Senado disse que o importante é que a trilha da legalidade

seja seguida e preservada. Ele acrescentou que o governo Lula se pauta pela transparência e não tem nada a esconder.

– É muito importante lembrar que durante o governo passado havia grande debate em torno da empresa de comunicação DM-9, que teria criado instância de influência dentro de órgãos do governo como o Ministério da Saúde e a Presidência da República. O assunto foi alvo de amplas reportagens de revistas de circulação nacional, como a *Veja* – afirmou Tião Viana.



Gerardo Magalhães

RESULTADO Viana cita revista *Veja* para afirmar que população aprova o rumo das reformas



# Senado deve ampliar debate sobre reforma da Previdência, afirma Paim

■ Senador defende a derrubada do dispositivo que institui a contribuição dos servidores inativos

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), conclamou os senadores a modificarem pontos da reforma previdenciária (PEC nº 40/2003), em especial a contribuição dos inativos. Segundo disse, a decisão de tributar os aposentados deve ser dos estados e municípios, uma vez que, na União, o impacto sobre as contas da Previdência Social é insignificante.

Paim defendeu o direito soberano de o Senado debater, emendar, aprovar ou rejeitar itens da reforma. Ele afirmou



Fotos: Rosevelt Pinheiro

**ELOGIO** Paulo Paim considera positiva a limitação dos salários dos servidores a R\$ 17.200

que, na Câmara dos Deputados, a proposta de emenda constitucional "avançou bastante e deverá avançar ainda mais no Senado".

O senador considerou posi-

tivo que a reforma previdenciária tenha conseguido fixar o teto de R\$ 17.200 para os vencimentos de todos os funcionários dos três Poderes. Além disso, observou, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, garantiu que todos aqueles que receberem acima desse teto terão seus proventos diminuídos e que eventuais ações na Justiça não serão aceitas.

– Esse limite representará grande economia para os cofres públicos, especialmente dos estados, em que há salários de até R\$ 80 mil mensais – analisou o parlamentar.

Paim anunciou que os servidores públicos farão uma marcha para pressionar os senadores a reduzir o impacto negativo da reforma em seus vencimentos. Ele assegurou ser con-

trário à violência e ao vandalismo que houve na Câmara dos Deputados, mas avaliou que a mobilização dos trabalhadores é legítima, bem como a pressão sobre os legisladores.

Em aparte, o senador Efraim Morais (PFL-PB) garantiu que seu partido trabalhará para derrubar a cobrança previdenciária dos inativos, por entender que aposentadoria não é benesse, mas direito. Também previu que haverá amadurecimento da proposta de reforma previdenciária no Senado.

Por sua vez, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse ser injusto taxar os aposentados, já que, no fim da vida, as pessoas precisam gastar mais com médicos e remédios. Além disso, acrescentou, não podem optar por ter uma segunda atividade profissional.



**AJUDA** Paulo Octávio afirma que projeto contribui para equilibrar contas da Previdência

## Comissão vota reforço de caixa da Seguridade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje, a partir das 10h, substitutivo do senador Mão Santa (PMDB-PI) à proposta que estabelece o retorno para a Seguridade Social do resultado da aplicação dos recursos disponíveis do orçamento dessa área, que são remunerados por permanecerem na conta única do Tesouro Nacional.

O senador Paulo Octávio (PFL-DF), autor do Projeto de Lei nº 42, de 2003, ressalta na justificativa que a iniciativa contribui para equilibrar as contas da Previdência. O relator apresentou substitutivo apenas para dar maior clareza ao texto original, explica ele no parecer. Mão Santa considera justo que a remuneração de fontes da Seguridade seja repassada para custear as despesas do setor.

A CAE só poderá votar as matérias não terminativas, num total de oito, já que a pauta está trancada pela Medida Provisória nº 120, de 2003, já lida em Plenário. Entre os outros sete itens, consta a programação monetária relativa ao terceiro trimestre deste ano. Esteve em pauta na semana passada o parecer do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) sobre a mensagem encaminhada pelo Executivo, mas o senador Almeida Lima (PDT-SE) pediu vista da matéria.

Garibaldi argumenta que o acompanhamento da oferta de moeda se tornou inócuo com a adoção do câmbio flutuante e da política monetária baseada em metas de inflação. Por essa razão, apresentou proposta de projeto de lei para alterar procedimentos exigidos pelo Banco Central. O senador defende a atualização da legislação do Plano Real.

## Efraim Morais quer evitar a taxaço de aposentados

O senador Efraim Morais (PFL-PB) afirmou não ter dúvidas de que o Senado irá discutir, emendar e modificar a proposta de emenda à Constituição que reforma a Previdência. Ele propôs que seja especialmente revista a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas. Segundo Efraim, o PFL vai trabalhar no Senado pela rejeição da proposta, apesar de reconhecer que pelo menos 40% dos deputados do seu partido votaram pela aprovação da matéria.

– Temos a responsabilidade de evitar que quem trabalhou a vida toda pelo país venha a ser taxado – ressaltou. Para ele, o texto já aprovado pela Câmara não pode ser tomado como modelo de perfeição. “Temos a obrigação de mudá-lo naquilo que se fizer necessário”, assinou. Ele duvida que os deputados insistam na taxaço dos inativos se o dispositivo for rejeitado no Senado.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS) reivindicaram a possibilidade de o Senado exercer a prerrogativa de Casa revisora.

– Não posso concordar em ser carimbador e assinar no escuro o que veio da Câmara – disse Jefferson Péres, reiteran-



**ALTERAÇÕES** Efraim Morais avalia que o Senado emendará a proposta aprovada pela Câmara

do sua decisão de votar contra a taxaço dos inativos.

Já Simon mostrou-se cético quanto à aprovação de emendas no Senado.

– Parece que aqui há um sentimento de inferioridade e um furor para votar projetos que às vezes passam anos na Câmara – comentou Simon.

Outro aspecto que deverá ser objeto de emenda de Efraim é a inclusão de 40 milhões de brasileiros no regime da Previdência Social. O tema é tratado no artigo “Dois pesos, duas medidas”, publicado pelo cientista político Sérgio Abranches na revista *Veja* desta semana. Efraim também homenageou os advogados, que comemoraram ontem o seu dia.

## Lúcia Vânia: Mercosul discute 3ª idade

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) informou ao Plenário que teve início ontem, em Brasília, o 3º Encontro do Mercosul sobre a Terceira Idade (Mercoseti). A iniciativa reúne gestores públicos, representantes de instituições e técnicos dos países do Mercosul, de Portugal e da Espanha.

O Mercoseti, de acordo com a senadora, é a oportunidade para troca de experiências e integração das ações no atendimento ao idoso, num momento em que se discute a agenda econômica do bloco comercial sul-americano, mas se deixa de lado o debate sobre questão social. Tanto a legislação quanto as políticas públicas brasileiras para os idosos ficaram em descompasso com o rápido envelhecimento da população, na opinião da senadora Lúcia Vânia.

– A mobilização permanente da sociedade sul-americana será capaz de despertar um novo olhar sobre o processo de envelhecimento, de modo a torná-lo um direito do cidadão de qualquer continente – afirmou.



**OPORTUNIDADE** Encontro em Brasília permitirá troca de experiência, diz Lúcia Vânia

Quando à situação dos idosos no país, Lúcia Vânia ressaltou que, apesar do distanciamento entre a lei e a realidade dos que estão na terceira idade, já foram obtidas conquistas expressivas. Entre esses avanços a senadora destacou a criação da Secretaria de Assistência Social, pelo Ministério da Previdência, a implementação da Lei Orgânica da Assistência Social e a instituição da Política Nacional do Idoso.

No Brasil, disse Lúcia Vânia, existem atualmente 15 milhões de pessoas com mais de 60 anos. Devido ao aumento da expectativa de vida e à diminuição dos índices de natalidade e mortalidade infantil, ela advertiu que em apenas 13 anos os brasileiros terão a sexta maior população idosa do mundo, com 32 milhões de pessoas.





Roque de Sá

**PREOCUPAÇÃO** Papaléo diz que, em questões ambientais, é mais caro corrigir do que prevenir

## Papaléo pede rigor contra poluidores

O governo deve coibir empresas poluidoras do meio ambiente, que não podem mais abdicar de sua responsabilidade social, defendeu o senador Papaléo Paes (PMDB-AP), ao constatar que os acidentes ambientais tornaram-se rotina.

Papaléo salientou que é mais caro corrigir do que prevenir, pois geralmente a recuperação de recursos naturais é muito difícil, quando não praticamente impossível. As multas previstas na Lei de Crimes Ambientais, assim, têm a função de incentivar as empresas a melhorarem seus equipamentos e transformarem-se em unidades de produção que não agridam o meio ambiente.

O senador comentou dois desastres ambientais recentes: o rompimento do reservatório de detritos da Indústria Cata-guazes de Papéis, que despejou 1,2 bilhão de litros de substâncias tóxicas nos rios Pomba e Paraíba do Sul (entre Minas Gerais e Rio de Janeiro); e o acidente causado pelo descarrilamento de 18 vagões com produtos químicos em Uberaba (MG). No primeiro caso, a empresa foi multada em R\$ 50 milhões; no segundo, a Ferrovia Centro-Atlântica foi multada em R\$ 10 milhões.

Papaléo disse ainda que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aplicou multas no valor de R\$ 784 milhões no ano de 2000, relativas a mais de 20 mil autos de infração. Mesmo assim, comentou, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, considera que há um passivo ambiental muito grande. O senador elogiou iniciativa do ministério, que, junto com o Ibama, está preparando um Sistema Integrado de Prevenção e Combate aos Danos Ambientais.

# Eduardo: lei de incentivo já mostra resultados no Pan

■ Decisão do Congresso de assegurar recursos ao esporte olímpico foi destacada pelo senador

A constatação de que o dinheiro injetado nas confederações por meio da Lei Agnelo Queiroz/Pedro Piva já apresenta resultados positivos para o esporte olímpico brasileiro foi comemorada ontem pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). Ele, que foi o relator da proposta na Comissão de Educação e na Comissão de Assuntos Econômicos, citou com entusiasmo a matéria "Dinheiro público provoca aumento no número de medalhas de algumas modalidades do Pan", publicada no site UOL.

Ao prestar homenagem ao

ex-senador Pedro Piva, autor da proposta no Senado, Eduardo Siqueira Campos explicou que o projeto criou um sistema de financiamento regular, baseado na distribuição para o esporte olímpico de 2% do total arrecadado nas loterias federais. Segundo o senador, o projeto é um exemplo de como uma proposta de lei de qualidade pode contribuir para o desenvolvimento.

O senador afirmou que é importante que os eleitores, por meio da Rádio e da TV Senado, tomem conhecimento de projetos como esse, com resultados positivos imediatos. Ele se disse orgulhoso de falar sobre o papel desempenhado pela Casa no fortalecimento do esporte, ressaltando que o Brasil já ganhou mais de 50 medalhas nos Jogos Pan-Americanos, que estão sendo realizados na Re-



Roosevelt Pinheiro

**EXEMPLO** Segundo Eduardo Siqueira Campos, eleitor deve conhecer bons projetos

pública Dominicana.

Em apartes, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que os resultados dos atletas brasileiros são motivo de orgulho, e o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), na presidência dos trabalhos, afirmou que a Mesa também parabenizava os atletas.

## Confederações têm recursos garantidos

Aprovada em julho de 2001, a Lei Agnelo/Piva (nº 10.264) destina 2% dos recursos arrecadados pelas loterias federais ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Os recursos são divididos na proporção de 85% para o COB e 15% para o CPB.

No COB, a verba é dividida

da seguinte maneira: 5% para o desporto universitário; 10% para o esporte escolar; 30% para o orçamento do próprio comitê; e 55% para as confederações, que são responsáveis pela preparação técnica e manutenção de atletas e competições.

Em 2002, foram repassados R\$ 19 milhões para as confederações. Este ano, o aumento na

arrecadação das loterias garantiu o repasse de R\$ 16 milhões até julho. A aplicação do dinheiro é auditada pelo Tribunal de Contas da União.

Para os Jogos Pan-Americanos, o repasse permitiu, entre outras coisas, a importação de três barcos e 44 remos da Espanha para os treinos dos atletas da canoagem.

## Projeto de Eduardo Azeredo permite uso do FGTS para pagar curso superior

Trabalhadores poderão usar dinheiro da conta individual do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagar faculdades particulares para si ou seus filhos de até 24 anos. Isso é o que estabelece projeto apresentado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e que já está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais.

De acordo com a proposta, o FGTS poderá abater no máximo 70% da anuidade e cada retirada não poderá exceder a 30% do saldo da conta individual. A limitação, conforme o senador, evitará uma descapitalização maciça do FGTS.

Conforme Azeredo, infelizmente as universidades públi-



Gerardo Magalhães

**BENEFÍCIO** Eduardo Azeredo pretende favorecer alunos de menos posses

cas estão hoje restritas quase somente a jovens cujos pais tiveram condições de pagar ensino de 1º e 2º graus em esco-

las particulares, o que lhes deu melhores condições de enfrentar os vestibulares. Resultado: boa parte dos alunos de faculdades particulares é de classes mais modestas. Assim, o projeto beneficiará especialmente esses alunos menos abonados.

Eduardo Azeredo observa que um diploma de ensino superior melhora as condições de trabalho e eleva a renda de quem vive de emprego. Ele vê grande importância social no projeto, que tramita de forma terminativa, ou seja, se aprovado, poderá ser remetido diretamente ao exame dos deputados, sem passar pelo Plenário do Senado – exceto se houver requerimento para isso.

## Jucá comemora chegada do Iphan a Roraima

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) saudou a instalação em Boa Vista (RR), a seu pedido, de um escritório sub-regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), vinculado ao Ministério da Cultura. A presença de técnicos do instituto na capital de Roraima garantirá, a seu ver, melhor manutenção de monumentos e sítios históricos do estado.

– A iniciativa é digna de elogios, já que, por exemplo, as ruínas do sítio histórico do Forte São Joaquim, tombadas pelo estado, merecem também tombamento nacional, pela importância na ocupação lusitana da Amazônia – afirmou o senador.

Jucá ressaltou que o Iphan, mesmo diante de "adversidades orçamentárias e burocráticas", vem cumprindo, dentro do possível, o seu papel.

## Serys propõe homenagem a Santos Dumont

Com o objetivo de homenagear o Pai da Aviação, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apresentou projeto de lei (PLS nº 293/2003) que institui 2006 como o Ano Nacional Santos Dumont, em que caberia ao Poder Executivo a promoção de eventos comemorativos.

O projeto visa destacar Alberto Santos Dumont, que em 23 de outubro de 1906, na França, voou pela primeira vez com um aparelho mais pesado que o ar. "A homenagem é oportuna e pertinente e o Senado estará contribuindo para o reconhecimento do brasileiro que é, sem nenhum favor, um dos maiores inventores de todos os tempos", diz a justificativa da senadora. A proposta tramita na Comissão de Educação (CE).



Célio Azeredo

**Para Jucá, Iphan tem cumprido sua missão**



José Cruz

**Serys sugere Ano Nacional Santos Dumont**



## Mozarildo homenageia advogados brasileiros

Ao homenagear ontem, em Plenário, os advogados brasileiros pelo transcurso da data a eles dedicadas, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou que o êxito do trabalho dos profissionais do Direito depende de um Judiciário “forte, respeitado e transparente”. Ele lembrou que no dia 11 de agosto também se comemoram o Dia da Justiça e o do Estudante, e destacou artigo escrito pelo presidente da Ordem dos Advogados de Minas Gerais (OAB-MG), Marcelo Leonardo.

Em seu artigo, o presidente da OAB-MG afirma que os advogados gostariam de receber de presente “a inclusão na agenda política nacional, como prioridade, aquelas outras duas reformas (do Judiciário e da legislação processual), pois o que desejam é continuar a trabalhar – com afinco, lealdade, ética e competência – pela defesa dos direitos do cidadão, da sociedade e da democracia”.

Mozarildo Cavalcanti observou que a reforma do Judiciário ficou dez anos na Câmara



Roosevelt Pinheiro

**MUDANÇAS** Mozarildo Cavalcanti cobrou a reforma do Judiciário e das leis processuais

dos Deputados e está há três anos no Senado, para acrescentar que “nenhuma outra categoria teve embutida na reforma previdenciária a redução salarial” como a dos magistrados. Segundo ele, o salário de R\$ 15 mil, “alardeado pela imprensa”, é o salário do topo da carreira de juiz nos estados, ou seja, o salário do presidente do Tribunal de Justiça. A maioria, disse o senador, ganha entre R\$ 4 mil e R\$ 5 mil.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti foi apoiado pelo senador Mão Santa (PMDB-PI).

## Garibaldi lembra contribuição para estado de direito no país

A importância do advogado para a constituição e manutenção do estado de direito foi destacada, da tribuna, pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). O parlamentar salientou que 11 de agosto registra o aniversário da criação dos cursos jurídicos no Brasil.

Garibaldi recordou que a proposta de criação de cursos jurídicos no Brasil surgiu na Assembleia Constituinte, convocada pouco depois da Independência. O autor da idéia, José Feliciano Fernandes Pinheiro, “viu seu projeto ser debatido de maneira apaixonada pelos representantes de diversas províncias, que disputavam o privilégio de sediar os cursos”, observou.

A dissolução da Assembleia, por d. Pedro I, não interrompeu a idéia dos cursos jurídicos, que passou a ser uma das bandeiras da militância dos políticos liberais, registrou o senador. Garibaldi assinalou que a tentativa de resolver a questão por decreto imperial fracassou em 1825, cabendo ao Parlamento retomar a discussão no ano seguinte, o que resultou na lei de



Roosevelt Pinheiro

**EXCEÇÃO** Garibaldi disse que só regimes autoritários dispensam profissionais do Direito

11 de agosto de 1827, que instituía cursos jurídicos em São Paulo e Olinda (PE).

– De fato, só podemos imaginar a ausência desses profissionais em duas situações bem distintas. A primeira delas seria num regime tão autoritário que conseguisse eliminar definitivamente qualquer forma de manifestação democrática. Outra, seria na instalação de uma sociedade absolutamente perfeita, onde a injustiça e os conflitos houvessem desaparecido por completo.

Mão Santa (PMDB-PI) também homenageou, em aparte, os advogados.

## Luiz Otávio elogia plano para política industrial

■ Senador observa que iniciativa poderá evitar concentração excessiva do setor nas regiões Sudeste e Sul

Em pronunciamento no Plenário, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) elogiou ontem a elaboração pelo governo federal de um plano para nortear as ações de política industrial. O parlamentar destacou a intenção do governo “de levar em conta os aspectos espaciais ou geoeconômicos da localização das unidades produtoras, com vistas a evitar a extrema concentração da atividade industrial nas regiões Sudeste e Sul do país”.

O senador sugeriu a inclusão, na comissão que vem desenhando a nova política industrial, de representantes do Ministério da Integração Nacional, que poderiam ser oriundos das novas Superintendências do Desenvolvimento do Nor-



Roosevelt Pinheiro

**ESTÍMULO** Luiz Otávio considera necessário garantir apoio às exportações

deste (Sudene) e da Amazônia (Sudam), disse. O objetivo, ressaltou, é garantir uma melhor distribuição dos investimentos. A comissão é composta por representantes dos Ministérios da Fazenda; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; do Planejamento, Orçamento e Gestão; e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Luiz Otávio elogiou o dimensionamento da política industrial a partir da inserção que o Brasil deve ter na economia internacional. Disse ser também adequado o objetivo de médio prazo para a política industrial, que é a redução da fragilidade externa do país, com foco no estímulo às exportações.

### Incentivos

Para o parlamentar, é correta a decisão do governo de concentrar os incentivos a, no máximo, dez setores, divididos em áreas novas como a biotecnologia, a produção de semicondutores e do biodiesel e em segmentos tradicionais a exemplo da indústria química, de software e de eletrônica.

– É lógico e conveniente que se dê prioridade à localização de alguns segmentos industriais, como os de biotecnologia, biodiesel, software e semicondutores, na região amazônica, compatibilizando-se, assim, a política industrial com a política de desenvolvimento regional – afirmou o senador.

## Valmir Amaral cobra empenho do governo para levar energia elétrica ao campo

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) pediu o empenho do governo federal na universalização do serviço de distribuição de energia, expandindo-o principalmente para a área rural, onde 11 milhões de brasileiros não têm acesso à eletricidade. Para o senador, energia elétrica é pré-requisito para o progresso.

O acesso das populações rurais ao serviço, afirmou, teria impacto positivo na produtividade agrícola, devido à mecanização, dinamizando a economia e intensificando o comércio e a prestação de serviços.

– Há estudos indicando que o investimento em programas



Célio Azevedo

**DESENVOLVIMENTO** Ampliação do serviço “repercuta na saúde da economia”, diz Valmir Amaral

de eletrificação rural repercuta na saúde da economia como um todo, num notável efeito multiplicador – explicou.

O senador ressaltou os esforços empreendidos pela Agên-

cia Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Eletrobrás e Ministério de Minas e Energia na solução do problema. Segundo disse, há uma articulação entre esses órgãos para ampliar as redes de energia rurais e atender às áreas mais carentes.

A Eletrobrás, exemplificou Valmir Amaral, planeja coincidir esses esforços com o programa Fome Zero, priorizando os municípios atendidos pela iniciativa de combate à fome. Além disso, acrescentou, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, declarou que pretende usar recursos do setor na universalização do serviço de energia elétrica.

## Comissão de Orçamento vota créditos suplementares

Os oito créditos suplementares que serão examinados hoje pelos integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO), a partir das 14h30, totalizam R\$ 1,679 bilhão. O maior deles, no montante de R\$ 1,165 bilhão, reforçará o orçamento do Ministério do Trabalho para garantir o pagamento do abono salarial dos trabalhadores e o se-

guro-desemprego de pescadores artesanais, em razão de o aumento do salário mínimo ter sido acima do inicialmente orçado.

A comissão votará também a abertura de três créditos especiais. O primeiro, de R\$ 139,9 milhões, objetiva viabilizar a implantação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, que pre-

tende gerar 250 mil postos de trabalho, ainda em 2003, para jovens carentes entre 16 e 24 anos. O segundo crédito especial, de R\$ 24,77 milhões, permitirá que o Ministério das Cidades liquide despesas inscritas em restos a pagar, herdadas do governo anterior. E o terceiro, de R\$ 30,057 milhões, irá para quatro ministérios.





**FEDERALIZAÇÃO** Duciomar revela que 800 mil quilômetros quadrados pertencem à União

## Duciomar: União detém 70% das terras do Pará

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva solução para a apropriação, pelo governo federal, de terras pertencentes ao Pará e a outros estados da Amazônia. Ele lembrou que a federalização de terras pertencentes aos estados vem se arrastando desde a primeira Constituição da República (1891), que reservava à União a porção de território que fosse indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais – faixas de fronteira com a largura de 66 quilômetros.

A Constituição de 1934 estendeu a faixa de fronteira para 100 quilômetros e a de 1937 para 150 quilômetros. No Pará, exemplificou, os 490 quilômetros de linha de fronteira com o Suriname e a Guiana produzem mais de 79,5 mil quilômetros quadrados de área federalizada como faixa de fronteira.

De acordo com Duciomar, o Decreto-Lei nº 1.164, de 1971, passou a considerar indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional as terras devolutas situadas na faixa de 100 quilômetros de largura de cada lado das rodovias federais na Amazônia Legal.

Somadas as áreas de reservas florestais e indígenas, faixas de fronteira e áreas militares, a União detém mais de 880 mil quilômetros quadrados do Pará, mais de 70% do território do estado.

Em aparte, Amir Lando (PMDB-RO) comentou que, a partir da Constituição de 1988, qualquer intervenção federal fora da faixa de fronteira passou a ser indevida, uma usurpação do domínio do estado.

# Redução do IPI prejudica prefeituras, diz Mão Santa

**Fundo de Participação dos Municípios deve ter queda por causa da diminuição do imposto cobrado sobre veículos**

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou ontem que a diminuição em três pontos percentuais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrado sobre os automóveis irá prejudicar ainda mais os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

– Os prefeitos estão chorando, estão estendendo a cuia e vão ficar mais empobrecidos. Estão acabando com os prefeitos. Eu fui “prefeitinho”. A grande receita é o Fundo de Participação. E o Fundo de Participação é uma soma aritmética do Imposto de Renda de cada cidadão mais o IPI. Dispensa o IPI, favorece as multinacionais, os ricos, e tira do Fundo de Participação – disse o parlamentar, informando que sua cidade natal, Parnaíba (PI), teve queda de 30% no recebimento de recursos do fundo.



**CONTRADIÇÃO** Mão Santa critica prioridade aos carros, em detrimento da saúde

Mão Santa lamentou que o hospital universitário da capital de seu estado, Teresina, tornou-se um “elefante branco”. A unidade de saúde, informou, tem 20 mil metros quadrados de área construída, 40 ambulatórios, equipamentos sofisticados que custaram R\$ 22 milhões, mas não funciona por falta de R\$ 60 mil mensais para custeio.

– Aos automóveis, tudo; à saúde, nada – afirmou o parlamentar, acrescentando que o prazo de validade dos equipamentos está acabando sem que eles tenham sido utilizados.

Fotos: Rossetti/Primeiro

O representante piauiense criticou a reforma da Previdência, que permite um salário mínimo de R\$ 240 e, ao mesmo tempo, estabelece um teto salarial para o funcionalismo público de R\$ 18.000.

– Vamos discutir muito a reforma que vão mandar para cá. Ninguém manda no nosso voto. Eu obedeco a Deus e ao povo de Deus. Uma reforma que começa com teto de R\$ 18 mil reais não existe, é uma farsa – declarou, lembrando que recebe uma aposentadoria de R\$ 1.200, depois de 27 anos trabalhando como médico.

### Apertes

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que o discurso de Mão Santa – cujo teor, lembrou, foi antecipado em entrevista concedida em Teresina no fim de semana – é “uma consequência da desesperança e da desilusão”.

Já o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu a inclusão, na reforma tributária, de mecanismo que impeça a União de cobrar contribuições não partilhadas com estados e municípios.



**TRAGÉDIA** Raupp advertiu que operações tapa-buracos já não resolvem a situação

## Para Raupp, Cide é a salvação das estradas

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) voltou a defender a utilização dos recursos arrecadados com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na recuperação das estradas. Ele disse que existe uma “tragédia em curso que vai se agravando” e que não há mais tempo hábil para evitar a maior crise rodoviária dos últimos 30 anos.

– Já estamos em agosto e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, braço operacional do Ministério dos Transportes, não tem nem sequer orçamento para desencadear o processo de recuperação e de manutenção dos 20 mil quilômetros de rodovias federais degradadas. E não é por sua culpa, ou de seu competente corpo técnico, que atuou e fez seu dever de casa em tempo hábil – afirmou.

Segundo o senador, a malha rodoviária chegou a um estado que tecnicamente não comporta mais as operações tapa-buracos e exige a combinação do tapa-buracos com o reperfilamento ou aplicação de microconcreto, que demandam prazos maiores.

– A crise é grave e tem várias faces. Morrerá ainda mais gente em acidentes. A frota se desgastará ainda mais. Os custos de produção vão agravar-se. E que não haja ilusões, haverá também reflexos sobre as urnas nas eleições de 2004 – frisou.

Raupp lembrou que a arrecadação da Cide alcançou, em 2002, R\$ 7,2 bilhões e em 2003 deverá chegar a mais de R\$ 11 bilhões. Ele lembrou que o Congresso decidiu canalizar para as estradas a maior parte da Cide, mas os artigos da lei dando essa destinação aos recursos acabaram vetados.

## Frente Parlamentar Pró-Municípios realiza sua primeira reunião amanhã

A primeira reunião da Frente Parlamentar Pró-Municípios será realizada amanhã, às 14h, no Auditório Petrônio Portella, no Senado. Autor do requerimento criando a Frente, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) informou que enviou convite a todos os senadores e, em conjunto com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), entrou em contato com mais de cinco mil prefeitos.

Antecipando-se à votação da proposta de reforma tributária (PEC nº 41/2003) pela Casa, a proposta de Suassuna objetiva trazer para o Senado a discussão acerca do endividamento dos municípios e da distribuição de recursos tributários, de modo a resolver a questão das receitas não compartilhadas, que hoje atingem mais de R\$ 100 bilhões.

Suassuna relatou que o pre-



**INSOLVÊNCIA** Suassuna entende que Congresso precisa agir em socorro dos municípios

sidente da CNM, Paulo Ziulkoski, acredita que a grande maioria dos prefeitos brasileiros participará da reunião, quando serão instalados dois comitês: um de legislação, para analisar as propostas em tramitação no Congresso, especialmente em relação à reforma tributária, e um comitê de eventos que marcará uma série de atividades a

serem promovidas por senadores e prefeitos.

– A vertiginosa queda nos repasses recebidos pelos municípios, via fundos de participação, consequência da retração da economia, bem como a concentração tributária nas mãos da União, resultante do incremento das contribuições federais, criaram uma situação de penúria e quase insolvência sistemática que exige a pronta intervenção dos senadores e deputados – disse Suassuna.

O senador lembrou que várias prefeituras estão fechando as portas, paralisadas em protesto pela falta de recursos. “O país assiste estupefocado às prefeituras procedendo a demissões em massa e mesmo cercando as portas por falta absoluta de recursos para atender às demandas básicas da população”, frisou Suassuna.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Heráclito Fortes e Papaléo Paes